



Boletim de Indicadores Fiscais

Estado do Maranhão

**Poder Executivo
2º Quadrimestre de 2013**

novembro/2013

Introdução

Este boletim tem por objetivo analisar os indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) de Despesa de Pessoal e de Dívida Consolidada do Estado. A análise se baseia nos Relatórios de Gestão Fiscal publicados recentemente, com dados atualizados até o 2º quadrimestre deste ano.

A Despesa Líquida de Pessoal vem apresentando crescimento nos últimos quadrimestres, impactado pelo aumento das despesas com terceirizações e com aposentados e pensionistas. Além disso, nota-se queda nas despesas que são descontadas no cálculo, como as despesas de exercícios anteriores.

O indicador da Dívida Consolidada Líquida, por outro lado, apresenta trajetória de queda, passando de 61% em 2010 para 30% no segundo quadrimestre de 2013. Em valores reais, a Dívida caiu de R\$ 4,6 bilhões para R\$ 2,7 bilhões nesse período.

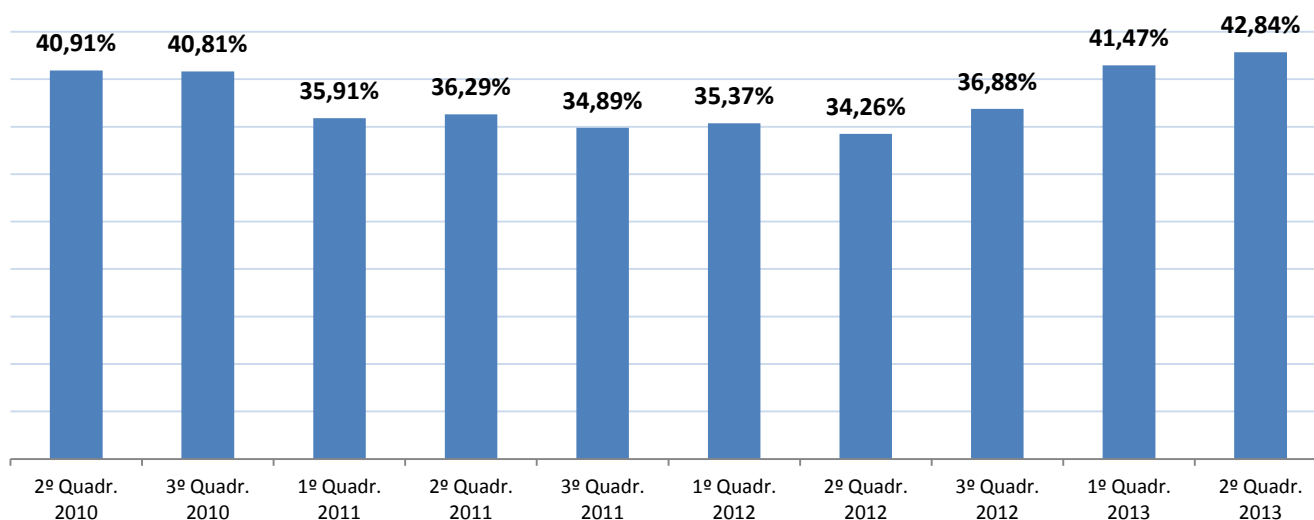
Os últimos resultados fiscais no Estado indicaram uma desaceleração significativo da Receita Corrente Líquida. Por outro lado, as Despesas de Pessoal tiveram forte aceleração, fazendo com que a margem para aumentos salariais diminuisse nos últimos quadrimestres. Porém, é possível que as receitas se acelerem novamente, com uma melhora da economia brasileira nos próximos meses e com aumento de transferências da União, decorrentes de menores desonerações como visto nos anos anteriores.

Indicador da Lei de Responsabilidade Fiscal

O indicador da despesa líquida de pessoal em relação a receita corrente líquida aumentou em relação ao último quadrimestre, de 41,5% para 42,8%, crescimento de 3,3%. O crescimento também é verificado quando comparado com o mesmo quadrimestre do ano anterior. A média dos últimos três quadrimestres é de 40,4%, superior a média dos últimos três anos (37,6%).

Gráfico 1

Despesa Líquida de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida, Poder Executivo Estadual Maranhão, 2010 a 2013



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Elaboração: DIEESE

O Estado do Maranhão não possui restrição fiscal para concessão de reajustes salariais para os servidores estaduais. A despesa de pessoal no 2º quadrimestre de 2013 foi de R\$ 3.914 milhões, enquanto a receita corrente líquida atingiu R\$ 9.136 milhões, um comprometimento de 42,8%. A despesa de pessoal poderia atingir até R\$ 4.253 milhões sem ferir o limite prudencial estabelecido pela lei de responsabilidade fiscal (LRF). Portanto, a administração estadual poderia aumentar a despesa de pessoal em 8,6%, acréscimo de R\$ 338.523 mil.

Tabela 1

Possibilidade de aumento da Despesa de Pessoal Maranhão - Poder Executivo - 2º quadrimestre de 2013

em R\$

Item	2º Quadrimestre 2013	Aumento Possível da Desp. de Pes.	
		Nominal	%
Receita Corrente Líquida	9.135.661.711,61		
Despesa Líquida com Pessoal	3.914.127.931,79		
% de Comprometimento	42,8%		
Limite Prudencial (46,55%)	4.252.650.526,75	338.522.594,96	8,65%
Limite Máximo (49%)	4.476.474.238,69	562.346.306,90	14,37%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Elaboração: DIEESE

Evolução da Receita Corrente Líquida e da Despesa de Pessoal, em valores reais

Após verificar o percentual da despesa de pessoal aplicada pelo poder executivo estadual se faz necessário analisar a evolução da receita corrente líquida e da despesa de pessoal. Nos últimos três anos a receita corrente líquida real aumentou 21,7%, enquanto a despesa de pessoal cresceu 27,5%.

No caso da receita, no 2º quadrimestre de 2011 houve significativo aumento de 17,1% em relação ao mesmo quadrimestre do ano anterior. No ano subsequente a receita continuou a crescer mas em patamar inferior, somente 3,7%, e por fim, quando analisamos o resultado do 2º quadrimestre de 2013, em comparação ao mesmo quadrimestre do ano anterior, verificamos que houve estabilidade. Todavia, quando confrontado o resultado em relação ao quadrimestre imediatamente anterior, não verifica-se variação expressiva.

Já a despesa de pessoal cresceu 3,9% no 2º quadrimestre de 2011 em relação ao mesmo quadrimestre do ano anterior, depois obteve queda de -2,1% no ano seguinte, e em 2013 cresceu significativamente em 25,4%. Por fim, quando comparamos o resultado do 2º quadrimestre de 2013 com o imediatamente anterior, verifica-se aumento de 3,6%.

Tabela 2
Receita Corrente Líquida e Despesa Líquida de Pessoal, em valores reais
Maranhão - Poder Executivo - 2010 a 2013

em milhões (R\$)

Período	Receita Corrente Líquida	Variação (%) em relação ao		Despesa Líquida de Pessoal	Variação (%) em relação ao	
		quadrím. anterior	mesmo quadrím. do ano anterior		quadrím. anterior	mesmo quadrím. do ano anterior
2º quadrimestre de 2010	7.504,6			3.070,2		
3º quadrimestre de 2010	7.975,2	6,27%		3.254,9	6,01%	
1º quadrimestre de 2011	8.475,5	6,27%		3.043,4	-6,50%	
2º quadrimestre de 2011	8.786,7	3,67%	17,08%	3.189,0	4,78%	3,87%
3º quadrimestre de 2011	8.876,2	1,02%	11,30%	3.096,6	-2,90%	-4,86%
1º quadrimestre de 2012	9.156,3	3,16%	8,03%	3.238,9	4,60%	6,43%
2º quadrimestre de 2012	9.110,6	-0,50%	3,69%	3.121,6	-3,62%	-2,11%
3º quadrimestre de 2012	9.260,5	1,65%	4,33%	3.415,0	9,40%	10,28%
1º quadrimestre de 2013	9.114,5	-1,58%	-0,46%	3.779,8	10,68%	16,70%
2º quadrimestre de 2013	9.135,7	0,23%	0,28%	3.914,1	3,55%	25,39%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Elaboração: DIEESE

Despesa Bruta com Pessoal

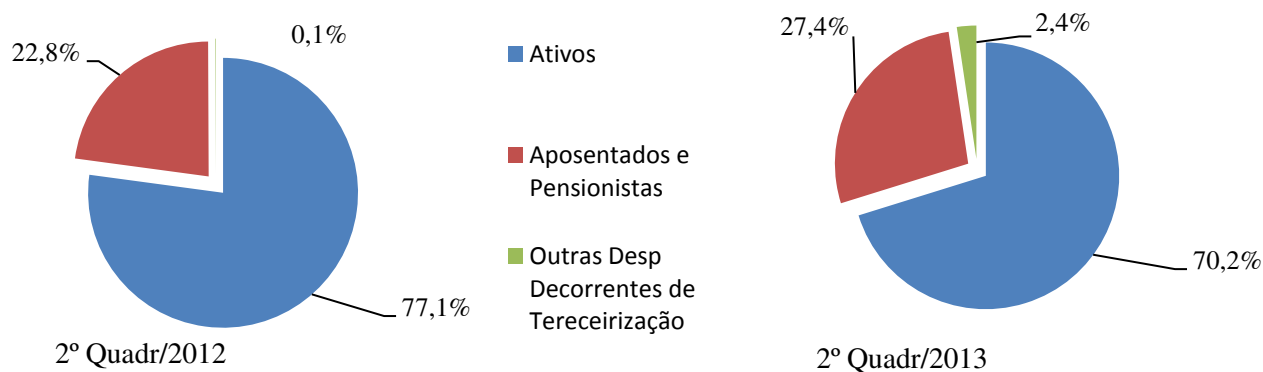
A despesa bruta com pessoal contém quaisquer espécies remuneratórias, inclusive vantagens pessoais de qualquer natureza, despesas de natureza previdenciária e assistencial, salário-família, sentenças judiciais e despesas de exercícios anteriores. As despesas são registradas em “Pessoal Ativo”, em “Pessoal Inativo e Pensionista” ou em “Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

Ao analisar os dados do 2º quadrimestre de 2013, em relação ao mesmo quadrimestre do ano anterior, verifica-se crescimento real de 8,3% na despesa bruta com pessoal, de R\$ 3.897 milhões para R\$ 4.221 milhões.

As despesas com pessoal ativo representam 70,2% do total (R\$ 2.963 milhões), enquanto as despesas com inativos e pensionistas são responsáveis por 27,4% (R\$ 1.158 milhões).

A maior variação registrada foi das despesas com terceirização, que foram de R\$ 3 milhões para R\$ 100 milhões no 2º quadrimestre de 2013, crescimento de 3738,3%. No mesmo período, as despesas com inativos e pensionistas foram de R\$ 889 milhões para R\$ 1.158 milhões, variação de 30,4%. Quando observa-se o quadrimestre imediatamente anterior, verifica-se que a despesa com terceirização (18,3%) obteve desempenho superior ao da despesa com aposentados e pensionistas (14,8%).

Gráfico 2
Evolução das Despesas de pessoal por tipo despesa, em valores reais
Maranhão - Poder Executivo - 2012 a 2013



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Elaboração: DIEESE

Tabela 3
Receita Corrente Líquida e Despesa Líquida de Pessoal, em valores reais
Maranhão - Poder Executivo - 2º quadrimestre de 2012 ao 2º quadrimestre de 2013

Período	Em milhões R\$			
	Ativos	Aposentados e Pensionistas	Outras Desp. - Terceirização	Despesa Bruta c/ Pessoal
2º quadrimestre de 2012	3.006	889	3	3.897
3º quadrimestre de 2012	2.983	922	64	3.969
1º quadrimestre de 2013	2.999	1.010	84	4.093
2º quadrimestre de 2013	2.963	1.158	100	4.221
Variação (%) em relação ao 1º quadrimestre de 2013	-1,2%	14,8%	18,3%	3,1%
Variação (%) em relação ao 2º quadrimestre de 2012	-1,4%	30,4%	3738,3%	8,3%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Elaboração: DIEESE

Despesas não computadas

No relatório de gestão fiscal são computadas todas as despesas com pessoal, conforme descrito na página anterior. Porém, para fins de apuração do limite fiscal são descontadas as seguintes despesas: com indenizações por demissão e com programas de incentivos à demissão voluntária; decorrentes de decisão judicial; de exercícios anteriores; e com inativos e pensionistas custeadas com recursos vinculados.

As despesas não computadas diminuíram -60,43%, em valores reais, de R\$ 775.630 mil no 2º quadrimestre de 2012 para R\$ 306.881 mil no 2º quadrimestre de 2013. Em relação ao quadrimestre imediatamente anterior a redução foi de -2,0%.

Nota-se que as despesas de inativos e pensionistas com recursos vinculados representam 98,68% das despesas não computadas, e estas variaram 0,39% em comparação ao quadrimestre anterior. Já as despesas de exercícios anteriores representam 0,95%, decorrentes de decisão judicial 0,32% e 0,04% com indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária.

Tabela 4
Despesas não computadas, em valores reais
Maranhão - Poder Executivo - 2012 a 2013

Despesas não Computadas	Período			Variação (%) em relação	
				em mil R\$	
	2º Quadri. 2012	1º Quadri. 2013	2º Quadri. 2013	ao quadrim. anterior	ao mesmo quadrim. do ano anterior
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	121	226	130	-42,65%	6,99%
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	4.370	1.325	996	-24,83%	-77,20%
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	15.943	9.948	2.923	-70,62%	-81,67%
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	755.196	301.670	302.833	0,39%	-59,90%
Despesas não Computadas	775.630	313.169	306.881	-2,01%	-60,43%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Elaboração: DIEESE

Por fim, no último ano as despesas não computadas reduziram em -60,43%, enquanto a despesa bruta de pessoal aumentou (8,31%), assim, houve aceleração do crescimento da despesa líquida de pessoal (25,39%).

Tabela 5
Despesas Líquida de Pessoal, em valores reais
Maranhão - Poder Executivo - 2012 a 2013

Despesas			em milhões R\$	
	2º Quadri. 2012	2º Quadri. 2013	Variação	
			Nominal	%
Bruta com Pessoal	3.897,2	4.221,0	323,8	8,31%
Não computadas	775,6	306,9	-468,7	-60,43%
Líquida de Pessoal	3.121,6	3.914,1	792,5	25,39%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Elaboração: DIEESE

Dívida Consolidada líquida/RCL

A dívida consolidada líquida corresponde à dívida pública consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. A dívida pública consolidada consiste: nas obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; nas obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses; e os precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Perante a lei de responsabilidade fiscal e conforme a regulamentação do Senado, a dívida consolidada líquida dos Estados não poderá exceder a 2 (duas) vezes a receita corrente líquida. Caso o ente da Federação ultrapasse o limite estabelecido, ficará proibido de realizar operações de crédito interno ou externa, e deverá obter resultado primário para recondução da dívida ao limite. Se ao término de três quadrimestres o indicador permanecer superior ao limite, o ente também será impedido de receber transferências voluntárias da União.

Conforme visto anteriormente, a receita corrente líquida real aumentou 21,7% nos últimos três anos, de R\$ 7.505 milhões para R\$ 9.136 milhões, enquanto a dívida consolidada líquida caiu -40,0%, de R\$ 4.609 milhões para R\$ 2.767 milhões. Deste modo, o indicador de comprometimento da relação entre dívida consolidada líquida sobre receita corrente líquida foi de 61,4% para 30,3%.

Ao longo dos últimos três anos, o menor valor registrado da relação entre despesa consolidada líquida e receita corrente líquida foi de 29,0% no 1º quadrimestre de 2013, e o maior de 64,5% no 3º quadrimestre de 2010. Assim, nos últimos três anos o Estado do Maranhão não atingiu o limite de endividamento.

Tabela 6
Receita Corrente Líquida e Dívida Consolidada Líquida, em valores reais
Maranhão - Poder Executivo - 2010 a 2013

Período	Receita Corrente Líquida (RCL)	Dívida Consolidada Líquida (DCL)	DCL/ RCL	em milhões (R\$)	
				Variação (%) em relação	
				ao quadrim. anterior	ao mesmo quadrim. do ano anterior
2º quadrimestre de 2010	7.504,6	4.609,0	61,4%		
3º quadrimestre de 2010	7.975,2	5.147,3	64,5%	5,09%	
1º quadrimestre de 2011	8.475,5	4.065,5	48,0%	-25,68%	
2º quadrimestre de 2011	8.786,7	3.710,1	42,2%	-11,97%	-31,25%
3º quadrimestre de 2011	8.876,2	4.207,3	47,4%	12,26%	-26,56%
1º quadrimestre de 2012	9.156,3	2.992,6	32,7%	-31,05%	-31,86%
2º quadrimestre de 2012	9.110,6	2.804,2	30,8%	-5,83%	-27,11%
3º quadrimestre de 2012	9.260,5	4.787,4	51,7%	67,96%	9,06%
1º quadrimestre de 2013	9.114,5	2.642,8	29,0%	-43,91%	-11,29%
2º quadrimestre de 2013	9.135,7	2.766,5	30,3%	4,44%	-1,61%
Variação (%) em relação aos últimos três anos	21,73%	-39,98%			

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Elaboração: DIEESE

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Direção Sindical

Presidente: Antônio de Sousa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas
Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Vice Presidente: Alberto Soares da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia
Elétrica de Campinas - SP

Secretária Executiva: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São
Paulo - SP

Diretor Executivo: Edson Antônio dos Anjos

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de
Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças
Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas
Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá
Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo: José Carlos Souza

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia
Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Luis Carlos de Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas
Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das
Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos
Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do
Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de
Pernambuco - PE

Diretora Executiva: Marta Soares dos Santos

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de
São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e
Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de
São Paulo - SP

Diretor Executivo: Ângelo Máximo de Oliveira Pinho

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP



Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor técnico

Patrícia Pelatieri – Coordenadora Executiva

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e
Financeira

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de relações
sindicais

Airton Santos – Coordenador de Atendimento Técnico
Sindical

Angela Schwengber – Coordenadora de Estudos e
Desenvolvimento

Equipe técnica

Rede Servidores

Alessandra de Moura Cadamuro

Alexandre Sampaio Ferraz

Ana Paula Carletto

Carla Borges

Carlos Eduardo de Oliveira Silva

César Andaku

Diego Severino Rossi de Oliveira

Ecléia Conforto

Fabício Oliveira Cruz

Isabella Lott Bezerra

Liliane Rezende

Luis Moura

Max Leno de Andrade

Rogério Machado Limonti

Rosilene de Souza Cruz

Sérgio Lisboa

Thiago Fontes

Equipe Técnica Responsável

Alessandra de Moura Camaduro

Cesar Andaku

Luis Moura

Rogério Machado Limonti

Thiago Fontes

José Silvestre Prado de Oliveira